



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1067/08	DATA: 09/07/2008
INÍCIO: 09h28min	TÉRMINO: 11h22min	DURAÇÃO: 01h53min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h53min	PÁGINAS: 46	QUARTOS: 23

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PAULO PEREIRA DA SILVA – Deputado Federal.

SUMÁRIO: Representações de nºs 31/2008, da Mesa, e 32/2008, do PSOL, apensada, em desfavor do Deputado Federal Paulo Pereira da Silva.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Declaro aberta a reunião, que ontem foi suspensa devido à Ordem do Dia no plenário. Então, nós estamos dando continuidade à sessão de ontem.

Quero agradecer aos pares que ontem estiveram aqui, aos presentes que hoje comparecem, à imprensa e às pessoas que estão nos acompanhando.

Ontem nós tínhamos uma lista de inscritos, por ordem, para fazer o questionamento ao Deputado Paulo Pereira da Silva. Havia falado o Deputado Professor Ruy Pauletti, que justificou sua ausência hoje por um outro compromisso: uma viagem a trabalho que ele teve que fazer hoje pela manhã. Portanto, eu quero justificar a ausência do Deputado Professor Ruy Pauletti. Que fique registrado que ele me comunicou ontem pessoalmente essa necessidade de se fazer ausente.

Também se pronunciaram ontem os Deputados Efraim Filho e Luciana Genro. E o terceiro inscrito é o Deputado Moreira Mendes, a quem passo a palavra por 10 minutos.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, Sr. Deputado Relator, Paulo Piau, Deputado Paulinho, meu colega advogado, Srs. Deputados, nós temos aqui uma missão difícil. Eu já disse aqui, outras vezes, que o nosso papel no Conselho de Ética não é de uma investigação criminal, nem de fazer as vezes de um juiz. Nós temos que analisar as condutas e concluir se elas são ou não são... se a conduta do Deputado faltou ou não com o decoro, foi ética ou não. E nós não podemos misturar isso com eventual crime. Pode ocorrer de um investigado praticar um crime, mas não faltar com o decoro. Mas também pode ocorrer o contrário, de não haver crime, mas faltar com o decoro. Então, essa é a nossa responsabilidade, o nosso maior desafio: encontrar essa verdade.

A maioria das dúvidas ou das perguntas que eu imaginava fazer já foram feitas ontem pelo Relator e pelos Deputados que me antecederam.

Eu quero me limitar aqui a 2 questões. Primeiro, indago ao Deputado Paulo Pereira se ele confirma esse diálogo havido aqui que consta da gravação, um diálogo havido entre o Deputado Paulinho — e, para não ler ela toda aqui, porque aqui já foi muito falado sobre esse assunto —, que é uma gravação feita do telefone, em que S.Exa. conversa aqui com o Galego. O senhor confirma este...



O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não entendi. Com quem?
Com o Ricardo Torres?

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Exatamente. O senhor chama aqui o cidadão de Galego.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - É o Ricardo Torres.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Isso. O senhor confirma esse diálogo?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Confirmo. Foi assim que ele saiu... Ele deve ter saído por volta... Não sei que horas que saiu da cadeia, mas foi cerca depois de 2 horas que ele saiu da Polícia Federal. Eu liguei para a casa dele e falei com ele ao telefone.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Uma segunda pergunta, ilustre Deputado, diz respeito... Consta aqui do relatório proferido pela Corregedoria de que no dia 24 de abril, por ocasião da prisão de várias pessoas, o Coronel da Polícia Militar Wilson Consani, no momento da prisão, teria telefonado para V.Exa., por intermédio de um seu cunhado identificado como Gil. O senhor confirma isso aqui?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Eu falei com o Coronel Consani, como disse ontem, na noite anterior da prisão. Ele estava me dizendo exatamente daquela operação. Era a operação — no meu entendimento e também no dele, acho —, aquela operação referente à questão da perseguição que estávamos tendo sobre... de policiais civis de São Paulo, com relação à minha residência e ao meu partido. No dia 24, a informação aí é ao contrário, fui eu que liguei para ele. Liguei do telefone de um cunhado meu chamado Gil. Então, fui que liguei.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Sei.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não foi ele que ligou, fui eu que liguei para ele.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - E falou com ele.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Porque aí está dizendo que... aí está dizendo que ele me ligou. Fui eu que liguei para ele. A degravação diz que foi ele que me ligou, mas fui eu que liguei. E é lógico que também falei um pouco sobre isto ontem.



O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - E o diálogo com ele qual foi?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Eu liguei e ele disse: "Olha..." Eu vou tentar lembrar aqui. Ele disse: "A Polícia Federal tá aqui na minha casa." Aí eu falei: "Caramba!" Aí ele disse... eu falei: "Mas..." ele falou... ele perguntou: "Vocês vão me levar preso?" A polícia falou: "Vamos." Aí eu falei: "Mas por quê?" Ele perguntou para os policiais que estavam lá, aí disse: "Olha, eles vão levar preso." Aí eu falei: "Mas por quê?" Aí ele leu o conteúdo do pedido de prisão que, por aquele conteúdo de prisão, levaria qualquer um preso, porque é uma lista de questões que estavam elencadas no pedido de prisão. Foi exatamente isso. Acho que foi exatamente isso, se eu me recordo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Desculpa, Deputado. O Gil, o que tem a ver nessa história aí?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - O Gil é um cunhado meu que de vez em quando está comigo. Nesse dia, estava na minha casa e eu falei... Nós estávamos há 4 dias... Quatro? Dia 24. Estávamos há 6 dias do 1º de maio. O 1º de maio da Força Sindical, em São Paulo, é conhecido no Brasil e no mundo, nós reunimos cerca de 2 milhões de pessoas, com a presença de várias autoridades do País inteiro. E eu tinha que... E ele é o responsável pela segurança do evento. Ele é que faz a relação, inclusive, com a Polícia Militar de São Paulo. Nós contratamos a empresa dele. A empresa dele coloca cerca de 2, 3 mil seguranças e a Polícia Militar coloca mais 3, 4 mil policiais. Então, eu não posso colocar 2 milhões de pessoas na rua sem ter segurança. E eu estava, então, nesse dia, na hora em que liguei logo de manhã, exatamente para tratar um pouco sobre isso, de como é que estava a segurança do 1º de maio. Mas não tive nem oportunidade de falar, porque o chefe da minha segurança, digamos assim, do 1º de maio estava indo preso.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Continuando, no dia 25 de abril, no dia seguinte, consta aqui também do relatório da Corregedoria que a Sra. Adriana Consani, mulher do Coronel Consani, teria conversado com seu marido em ligação interceptada e, segundo o relatório, resumiria a conversa do casal com 6 citações de V.Exa. Adriana teria dito que o Paulinho, aspas, o "Paulinho mandaria um advogado ao Consani, que ele ficasse tranqüilo; e que ainda o Paulinho teria ligado para ela, dizendo que dentre todas as pessoas presas não havia ninguém



preocupado; o Consani teria perguntado o que o Paulinho havia falado; Adriana lhe disse que o Paulinho estava desesperado, mas que Consani ficasse despreocupado, porque ele, Paulinho, o tiraria da prisão”. Primeiro, eu pergunto à V.Exa. se o senhor confirma isso aqui.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - A ligação para ela.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não, essa conversa com ela não existiu.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - O senhor não falou com ela em nenhum momento?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não falei com ela em nenhum momento. E ela pode até ser que já me foi apresentada, mas, se a vir na rua, não reconheço. E esta conversa não existiu e também não coloquei nenhum advogado para o Sr. Consani.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Qual a sua relação com o advogado Ricardo Tosto?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Ricardo Tosto, como eu coloquei ontem, é um dos maiores advogados do Brasil. Ele atua, ele tem algumas causas, pelo menos 2 causas antigas que ele cuida para mim, o escritório dele cuida. E eu tenho uma relação basicamente, então, de cliente...

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Do seu interesse pessoal ou...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - De cliente com o advogado.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Ele cuida de um processo de uma denúncia que teve em 2002, na época em que eu fui candidato à Vice do Ciro Gomes, uma denúncia que depois foi se comprovando que praticamente não existia. Mas processo é assim, ele continua, então. Esse processo continua. Agora está aqui no Supremo. E, depois de uns 5 ou 6 anos, eu fui chamado de novo para depor sobre isso. Chamaram-me lá na época da eleição e agora, às vésperas da eleição para a Prefeitura de São Paulo, de novo depus sobre isso. Então, 6 anos depois. E o Dr. Ricardo Tosto, o escritório do Dr. Ricardo Tosto cuida desse



processo. Como nós temos uma relação e a questão do BNDES é uma questão técnica, nós preferimos, então, sempre colocar um técnico. O João Pedro era um técnico, que saiu, e, assim que ele saiu, nós oferecemos ao Dr. Ricardo Tosto se ele gostaria de participar desse Conselho do BNDES, coisa que ele aceitou imediatamente e foi indicado pela direção da Força Sindical.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - O escritório do Dr. Ricardo cuida de uma única ação do seu interesse ou de mais de uma?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Esse processo eu acho que ele acabou se transformando em 2 ou 3 ações. Então, ele deve cuidar dessas ações. Eu só lembro quando vou depor.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - E ele tem alguma ligação com a Força Sindical? Ele é advogado da Força? Ele presta serviço à Força?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não, não presta serviço à Força Sindical. A única ligação é esta que nós tínhamos com ele, de ser advogado desses casos, dessas 2 ou 3 causas que eu tinha, e de ele ser, depois, indicado ao Conselho do BNDES.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Uma última pergunta, ilustre Deputado. Em algum lugar aqui, que não me recordo exatamente onde, eu li alguma coisa de que consta da sua... da prestação de contas dos gastos da verba indenizatória a que nós temos direito, V.Exa. igualmente, de que teriam notas fiscais do escritório do Dr. Ricardo Tosto...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não...

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES -na sua prestação de contas. Isso é verdade?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não, não tem, não.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Não tem?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Acho que não, não consta... Pelo menos que eu li, não sei se o advogado Leônidas pode me ajudar, mas... ou se pode também aqui, mas eu não... Não tem nenhuma... Que eu saiba, não tem, não tem nenhuma nota do Dr. Ricardo Tosto na minha prestação de conta da Câmara Federal. Posso quase que reafirmar com certeza de que não existe. Não tem, segundo nosso advogado.



O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Bem, Sr. Presidente, eu estou satisfeito com as respostas que me foram dadas. Não tenho nada mais a questionar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Obrigado, Deputado Moreira Mendes.

O próximo inscrito é o Deputado Dagoberto, que também tem o prazo regimental de 10 minutos. Está com a palavra o Deputado Dagoberto.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Deputado Paulo, como nós estamos ainda proibidos de revelar esse documento que chegou à nossa posse do Supremo Tribunal Federal, eu vou me ater... Porque isso nos prejudica muito para fazer os questionamentos, a partir do momento em que não se pode estar revelando esse documento. Eu vou pegar por base, até porque não é muito diferente do que nós vimos, uma coisa que me intriga aqui na própria denúncia do PSOL. Nós temos, na folha 5, onde ele diz que, segundo o relatório da Polícia Federal, noticiado pela imprensa, que teria recebido uma propina de 325 mil para intermediar o tal empréstimo de 124 milhões para a Prefeitura de Praia Grande. Trezentos e vinte e cinco mil reais. Depois, 2 linhas para baixo, vem sobre esse mesmo financiamento, esse mesmo empréstimo de 124 milhões. Teria recebido também 2 milhões e meio. Quer dizer, de 350 mil já foi para 2 milhões e meio de propina. Na página seguinte, 3 linhas para baixo, diz que aí já é percentual, de 3 a 4% foi dividido entre o esquema de corrupção, segundo a Polícia. E, por último, 1 linha para baixo, que é no outro parágrafo, ele diz que um jornal teria dito uma suposta divisão de 2 milhões.

Quer dizer, cada hora é um número desse mesmo empréstimo e números completamente diferentes. O que eu queria lhe perguntar... Se você pudesse, você que viu, e aí você pode revelar esses documentos, o que é que de fato... se tem alguma coisa que comprova desses 2 milhões ou desses 325 mil ou desses 2 milhões e 600. Tem algum recurso desse dinheiro que caiu na sua conta ou de sua esposa, ou de algum parente, ou de alguma pessoa que tem interferência com V.Exa.?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Deputado Dagoberto, primeiro eu queria voltar aqui à questão do sigilo. Pelo que me consta, de todos aqueles 9 volumes, Presidente — se puder aqui me ajudar —, tem lá cerca de,



segundo a Polícia Federal, 89 páginas, e algumas delas, inclusive, dobradas, com o mesmo assunto, que tratam sobre mim. Eu acho, sinceramente, que nós poderíamos dar o que trata sobre mim para todos os Deputados. Embora o Ministro do Supremo Aires Britto diga que é um sigilo, mas isso acaba me prejudicando aqui, porque dá a impressão que estamos querendo esconder alguma coisa da sociedade, e eu não estou querendo esconder nada da sociedade.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - E o sigilo é para te proteger. Não é para...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - É. Mas se é para me proteger, então, entrega para os Deputados, porque não está me protegendo essa história. Você é o quarto Deputado a falar sobre isso. Dá a impressão de que esse sigilo dado pelo Supremo é para me proteger, só que vai me proteger ao contrário. Todo mundo aqui vai ficar com a impressão. E vamos falar claro: o que está lá nestas 89 páginas todo mundo sabe. Foi dado em salaminho para a imprensa do Brasil inteiro. Ou não foi? Foi dado em salaminho para a imprensa do Brasil inteiro. Exatamente por isso, Dagoberto, que está aí esta história: um dia é 300 mil, outro dia é 80, outro dia é 18, não sei o quê. É exatamente por isso, porque foi feito um salame e todo dia... Acho que vocês vão ter oportunidade de perguntar o que aconteceu ao delegado que era responsável por este caso. Então, acho que o sigilo... O Deputado Biscaia ontem colocou isto também. Então, acho que poderia, não é? Ou então vou deixar um pedido aqui. Se tem um problema com o Supremo, dizer... Eu estou pedindo, então, para que o Supremo libere o que trata da minha parte e libera aos Deputados. Ou então poderíamos até depois desta sessão, Sr. Presidente, fazer uma sessão fechada e todos os Deputados terem acesso a esse sigilo, porque essa coisa vai me prejudicar. Vai sair todo mundo daqui achando: *“Olha, tem um esquema lá que não pode ninguém saber”*. E não tem, não tem. Porque as 89 páginas, algumas delas duplicadas, todo o Brasil sabe porque saiu na imprensa desde o dia 24 até hoje. Então, não tem sigilo nenhum. É conversa que tem sigilo. Então, queria deixar isso claro. Se depender de mim, eu faço até um pedido ao Presidente para fazer um pedido, eu assino junto, pedindo para que o Ministro Ayres Britto libere esses documentos a todos os Deputados, para que tenham acesso a esse documento, porque, senão, vai acabar me prejudicando.



Quando tem um sigilo, todo mundo vai ficar achando que nós estamos protegendo alguma coisa que não pode ser pública. E essa coisa, vamos repetir, já foi pública, foi dada em salame, como disse o Presidente do Supremo recentemente. Segunda coisa. É difícil eu explicar conversas dos outros. Normalmente, essa quantidade de recursos que se fala é de uma pessoa falando com outra. E essa pessoa que tem mais ligação comigo, que é o caso de João Pedro de Moura, ele foi na Justiça e disse que falou sobre isso exatamente para ter vantagens sobre isso, até porque, segundo ele, ele é que executou o trabalho. Se foi ele que executou o trabalho, ele disse que falava sobre isso — está no depoimento dele na Justiça Federal —, ele falava sobre isso exatamente para aumentar a participação dele nesses recursos, que, segundo ele, estavam ganhando legitimamente, segundo ele.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Mas na Polícia ele inclui o seu nome nessa divisão?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não. Eu até li aqui ontem. Ele fala exatamente o seguinte: que ele usava o meu nome para aumentar a participação dele.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Para poder valorizar o trabalho dele. Seria isso?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Exatamente. Eu até cheguei a ler aqui ontem. Não sei se precisa eu ler novamente. Mas acho que não é necessário. Poderia lhe passar esse depoimento dele. Deixa eu ver se tenho aqui. Poderia te passar, Dagoberto? Até porque eu já...

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Não demora, Deputado. Leia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Sr. Presidente, permita-me. Está transcrito na própria defesa do Deputado Paulo Pereira da Silva. Isso aí não há como se considerar sigilo. Se o próprio advogado do Parlamentar transcreveu o depoimento prestado pelo Sr. João Pedro de Moura no Juízo de São Paulo, acho que sobre isso podemos livremente inquirir.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Correto.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Então, eu gostaria que V.Exa. lesse.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Então, vou ler.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Só para esclarecer. Acho que não foi, o questionamento não foi se podia legalmente ler. Eu acho que o questionamento, pelo que entendi, é pelo tempo, porque ele já havia lido ontem. Parece que foi isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - É tão pequenininho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Pois não, faça a leitura.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, antes da leitura, eu queria só fazer aqui uma, com a permissão de V.Exa., questão de ordem, para dizer o seguinte. Esta questão de sigilo ou não sigilo, de segredo de Justiça, só ele pode quebrar isso aqui, o Deputado Paulo e seu advogado. Pegue cópia do processo todinho e distribua. Está resolvido o assunto.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Se depender de mim, está liberado, tanto meu... Como eu disse ontem, eu seria o único que poderia reclamar, da minha parte; é lógico que eu não posso quebrar o dos outros, certo? Mas a parte que toca a mim lá, eu tenho até as 89 páginas aqui. Se quiser, eu mando tirar a cópia e dar para cada um.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Só para esclarecer. Gostaria que o Dr. Leônidas Scholz — é este o sobrenome?

O SR. LEÔNIDAS RIBEIRO SCHOLZ - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Tem muito Scholz na minha terra, Santa Cruz do Sul. Ele me diz aqui que tem cópias exatamente idênticas às que temos que foram fornecidas a eles e a eles não foi sugerido, solicitado sigilo nenhum, e que ele não vê problema nenhum em oferecer a parte do Paulinho...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - ...a parte do Paulinho aos demais Deputados. Então, fica por conta e risco dos senhores advogados e do próprio Paulinho, e não de mim, nem do Relator, se esses documentos ficarem entregues pelo Paulinho e pela defesa do Paulinho aos demais Deputados. Só para esclarecimento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Pela ordem, Sr. Presidente...



O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Você já vai ler?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Vou, mas deixa resolver o negócio do sigilo.

O SR. DAGOBERTO - Ah, tá bom. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Sr. Relator, com a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Sr. Presidente, acho que há uma dúvida. Na verdade, pelo que apreendemos desse processo, o Deputado Moreira Mendes tem toda razão na sua colocação, mas também não podemos romper com essa confiança que o Supremo depositou no nosso Conselho de Ética. Então, queria dar uma sugestão. É a seguinte, e o Deputado Biscaia ontem sugeriu que fizéssemos uma secreta. Então, a minha opinião é que continuemos esta audiência, esgotemos tudo que não seja de alçada sigilosa ou segredo de Justiça e marquemos com o Deputado Paulo Pereira uma reunião sigilosa apenas com os membros do Conselho. Aí acho que resolveremos essa questão para esclarecer o que está ali, sob pena de a gente assumir responsabilidades nessa relação institucional do Supremo, e nem é com a Câmara, é do Supremo com o Conselho de Ética. Que dizer, acho que compromete até mais um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Deputado Paulinho, faça a leitura então, solicitada pelo Deputado Dagoberto.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - O.K. Deputado Dagoberto, o João Pedro de Moura fez um depoimento na Justiça Federal de São Paulo, na Segunda Vara. Para não ler todo aqui, vou ler apenas o que foi perguntado. O juiz pergunta: *“O senhor tem conhecimento de que foram apreendidos esses cheques?”* Ele disse: *“Sim, doutor. É que quando a gente fez o serviço de consultoria e que nós realizamos o trabalho, eu diria 90% do trabalho, sei lá quantos por cento, mas a maior parte do trabalho foi realizada por mim e pelo escritório do Sr. Marcos. Acabou que na hora de receber os honorários começaram a aparecer pessoas para receber. Então, eu coloquei para o grupo todo que tinha que pagar o Paulinho, mas, na verdade, esse dinheiro era para mim, para poder melhorar a minha participação nos honorários referentes a cada um dos dois projetos”*. O juiz pergunta mais embaixo: *“Só para compreender um pouco melhor a sua resposta. Os senhores mentiam para as demais pessoas dizendo que os valores seriam entregues ao Paulinho e ao*



Ricardo Tosto?” Ele disse: “*Sim senhor, exatamente isso*”. Então, o que acontecia era exatamente isso. E para ficar claro, como eu disse ontem, é difícil de ficar aqui a minha palavra contra a sua ou contra a dos companheiros aqui. Eu quebrei imediatamente, eu coloquei meu sigilo bancário, fiscal e telefônico à disposição do Procurador da República. Não posso fazer mais nada além disso. Para mostrar exatamente que eu não recebi cheque nenhum.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - O que nós queremos saber aqui, o que é o importante para nós... O que o outro fez, o que ele deixou lá de fazer, para nós isso é irrelevante, até porque tem a Polícia Federal que está apurando isso e cada um vai arcar com a sua consequência. O nosso objetivo aqui no Conselho é saber qual foi a tua vantagem nisso enquanto Parlamentar, porque fere o decoro Parlamentar. Então, é isso que nós estamos tentando apurar. Eu quero saber se desse recurso ou de qualquer um outro teve algum recurso, apesar que V.Exa. acaba de dizer que abriu o sigilo bancário, teve algum depósito em sua conta, ou teve algum comprovante de que foi entregue esse dinheiro nesse relatório?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Nenhum, nenhum. Esse é um crime que eu tenho que responder para os outros. Alguém fala de mim e eu tenho que ficar respondendo que não fiz. Não tem nada que comprova a minha participação nisso, a não ser ligação de uma pessoa com outro falando essas questões. E, aí, no depoimento, essas pessoas dizem que faziam isso para poder melhorar os seus honorários.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Sr. Presidente, eu acho muito importante... Eu não sei quando nós vamos ouvir o delegado que presidente o inquirido. Porque para ele chegar a essas conclusões e ter passado essas coisas ele tem que ter algum dado. Então nós vamos ter que investigar é esse delegado. E, aí, com esse delegado, essas questões que está sob sigilo aí nós vamos ter que discutir com ele claramente, para que ele possa nos colocar essas conclusões dele, porque, senão, nós não vamos conseguir apurar nada. Então, aí já autorizada pelo próprio Deputado a questão da abertura desse sigilo, eu acho que é interessante nós consultarmos o Supremo Tribunal Federal para ver se ele libera para nós também. Porque no interrogatório do delegado que preside o inquirido essas coisas têm que estar muito claras; ele tem de dizer para nós como que ele chegou a essa



conclusão, porque senão, como é que nós podemos, em cima dessas perguntas que nós podemos fazer para ele, dessas interpretações que ele possa nos dar, dessa investigação, como ele chegou a essa conclusão? Para a gente poder voltar a ouvir o Deputado Paulo, porque senão nós não vamos ter condições nenhuma, de fato, de levantar qualquer verdade. Eu fico satisfeito com a sua resposta, mas é muito importante nós ouvirmos, e logo, o delegado que preside o inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Obrigado Deputado Dagoberto. Eu quero, antes de passar a palavra ao próximo inscrito, que é o Deputado José Carlos Araújo, esperar um pouco mais de *quorum* — daqui a pouco vai chegar mais Deputados —, para que a gente coloque numa votação se vamos fazer, e quando vamos fazer, essa reunião lá no espaço físico da Comissão, e que ela seja secreta, seja fechada, seja entre nós. Eu gostaria de ter o apoio dos demais membros da Comissão, do Conselho, para não parecer que é um ato nosso.

Deputado José Carlos Araújo, V.Exa. tem a palavra por 10 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo, Sr. Advogado, Sr. Presidente, eu, primeiro, antes de começar as minhas perguntas, Sr. Relator Paulo Piau, eu quero fazer uma colocação. Eu estou aqui na condição de representante do meu partido, o PR, do qual também o Corregedor Inocêncio faz parte. E o Corregedor apurou, da parte da Corregedoria, o assunto do Deputado Paulo. Eu quero dizer aqui que em momento nenhum — como eu sou suplente do Deputado Inocêncio, e o Deputado fez um documento, muito tempo atrás, de que não viria aqui, que eu seria o representante, o substituto dele —, em momento nenhum o Deputado Inocêncio mostrou vontade de voltar aqui para o meu lugar para ocupar o lugar de titular para... nessa questão de inquirir o Deputado Paulo. E quero dizer que isso, não é uma questão partidária, isso, no Conselho de Ética, eu entendo que não é uma questão partidária. O Deputado Inocêncio Oliveira apurou, como Corregedor, fez o trabalho dele como Corregedor, e eu estou aqui como membro do Conselho de Ética. Cada um age com a sua consciência.

Posto isso, Sr. Presidente, eu quero deixar claro ao Deputado Paulo que o Deputado Inocêncio apurou, como Corregedor, e apurou dentro do espírito e do que



ele achou que devia ser como podia apurar. E eu vou agir aqui dentro dos fatos.
(Pausa.)

Esse microfone está... pronto! Sr. Presidente, alguma coisa está errada no microfone. O som tem alguma coisa errada. Está dando ressonância, Deputado Dagoberto.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Venha aqui, então.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não, o meu microfone está bem agora. Está bem, fique tranqüilo.

Sr. Presidente, que o meu tempo não seja prejudicado com essa interrupção devido ao som.

Então, eu quero dizer, Deputado Paulo, que eu aqui agirei dentro dos fatos e das coisas que apareceram, os documentos, e de acordo a minha consciência. V.Exa. pode ficar tranqüilo, absolutamente tranqüilo que é assim que eu agirei, foi assim que eu vinha agindo todo esse tempo que estou no Conselho de Ética.

Sr. Presidente, Deputado Paulo, eu ouvi atentamente o depoimento de V.Exa. e queria fazer uma pergunta, a primeira pergunta: quando V.Exa. ouviu falar ou tomou conhecimento pela primeira vez de que estava sendo investigado pela Polícia Federal?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Pela Polícia Federal eu só fiquei sabendo quando saiu no jornal. O que tinha anteriormente era uma investigação clandestina, que a gente suspeitou e depois descobriu...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Que o senhor supõe clandestina, não é?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não, clandestina. Anteriormente, por volta do mês de setembro, outubro, era clandestina, feita por policiais, por policiais civis da cidade de São Paulo. E aí eu fiz um depoimento na Corregedoria, na Procuradoria, uma representação na Procuradoria da República Federal em São Paulo... da Justiça Federal de São Paulo. Esse documento está inclusive nos autos, que eu fiz questão de...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Se era clandestina, se era clandestina — o senhor acha que era clandestina — o senhor suspeita que essa investigação clandestina era a mando de alguém, alguma coisa, qual...?



O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Só poderia ser a mando de alguém, agora, quem é eu não sei.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O senhor não tem uma suspeita?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Suspeita eu tenho, mas, como eu disse ontem, não vou cometer o mesmo... os mesmos que fizeram comigo. Então, eu não vou falar sobre suspeita, eu só poderia falar se eu tivesse certeza.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O senhor está acompanhado de um advogado, não dá para ver aqui o nome do advogado.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Leônidas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Leônidas. O seu advogado é advogado da Força Sindical?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não, meu advogado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Particular? Não é advogado da Força Sindical?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nenhum órgão da Força Sindical?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - É apenas advogado particular.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Para cuidar deste caso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Deputado Paulo, eu... uma outra coisa que me intrigou foi a história do apartamento. O apartamento foi doado a uma fundação Meu Guri. Um apartamento em torno de 85 mil reais, se não me falha a memória. Certo?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Hã, hã.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Esse apartamento ficou na Fundação Meu Guri por volta, cerca de quase 4 anos, e esse apartamento acumulou uma dívida de 37 mil e alguns reais. Acumulou essa dívida de 37 mil e alguns reais. Como esse apartamento acumulou a dívida e a Meu Guri não tinha como pagar ou não quis pagar, e resolveu, e o apartamento não foi vendido, o que é difícil cair na



nossa cabeça, porque tudo tem seu dono. Carro tem seu dono; apartamento tem seu dono. O que pode acontecer é que o preço está mais alto, mas, se baixar o preço, vende. Não há dificuldade em vender apartamento, a não ser que o apartamento esteja para cair, mas não há nenhuma dificuldade de se vender um apartamento. O problema é preço. Bom, mas esse apartamento foi devolvido e acumulou uma dívida de 37 mil e alguns reais, se não me engano. Não era mais lógico que, quando esse apartamento foi devolvido à Fundação Meu Guri e que a dívida desse apartamento fosse paga na hora da transferência de volta... ou seja, quando se faz a escritura de doação, se houver alguma dívida, ela será paga, quitada, porque o tabelião só passa o apartamento quitado, inclusive as dívidas de condomínio, IPTU e todas as dívidas fiscais inerentes a esse imóvel. Então, na hora em que esse apartamento fosse devolvido, não era muito mais fácil, na transferência, no cartório, pagar as dívidas do apartamento e já transferir direto, sem precisar esse dinheiro entrar na conta da Meu Guri?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Deixe-me fazer um esclarecimento, Deputado José Carlos Araújo. Não foi a dívida que a gente pagou, e também o apartamento não foi doado. Foi feito um termo de cessão para venda desse apartamento. Não é que ele doou o apartamento. Ele fez um termo, uma procuração para que a minha mulher ou a Presidenta do Meu Guri vendesse aquele apartamento e recebesse os recursos em favor do projeto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, era a doação do apartamento. A sua esposa não era corretora para vender apartamento.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Então, mas ele fez essa doação, esse termo, uma procuração. Estou aqui com a procuração...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Na verdade, ele fez a doação do apartamento, dando a procuração para vender ou então doou o dinheiro que fosse apurado por este imóvel.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não, não. Veja bem. Ele fez uma procuração para que ela — e a procuração está muito clara...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Esse apartamento ficou o tempo todo no nome dele ou passou para o nome da Meu Guri?



O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - O apartamento continuou no nome dele.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não passou para o nome da Meu Guri?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não, não passou para o nome da Meu Guri. Ele fez uma procuração para que ela vendesse. Como ela não o vendeu, e aí o senhor pode até ter razão, só que não vendeu. E também não teve ninguém que ficou lá o tempo todo tentando vender o apartamento. O apartamento ficou lá e acumulou dívidas. Não foi a dívida que ele pagou. É que acumulou dívidas. Ele poderia, Deputado, se ele quisesse, ir ao cartório e simplesmente rasgar essa procuração e dizer que não tem mais essa procuração e pegar o apartamento de volta. Quero dizer que, na verdade, a Meu Guri acabou fazendo um bom negócio, porque conseguiu 37,5 mil reais de volta. Na prática, ele poderia até dizer...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas de volta como, se não tinha saído dinheiro da Meu Guri? Então, não recebeu de volta. Na verdade, ele doou à Fundação 37 mil reais. Essa é a história.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Exatamente. Essa é a história.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Porque, na verdade, se o apartamento continuou no nome dele, a dívida era dele, a dívida era do apartamento. Era só rescindir a procuração, e nunca teve. Acabou o problema. Na verdade, ele deu uma procuração para que sua esposa vendesse o apartamento. Agora, não entendo por que esse apartamento entrou nesse bolo da Meu Guri e nessa confusão aí. Isso que eu não entendi. Na verdade, a procuração não pode ter sido passada para a Meu Guri, pode ter sido passada para a pessoa física da esposa do Deputado Paulo.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Eu vou ler para ficar claro, porque acho que é bom esclarecer essa confusão:

“Procuração bastante que faz João Pedro de Moura. Saibam quanto este público instrumento de procuração bastante...”

Para não ler tudo, então, pelo outorgante, foi-me dito que:



Por este público instrumento e nos melhores termos do Direito, nomeia e constitui sua bastante procuradora Elza de Fátima Costa Pereira, brasileira, casada, dirigente sindical etc.”

Vou ler só o que estava ali, que diz:

“... a quem confere todos os poderes necessários para fim único de vender, a quem convier, pelo preço e condições que ajustar, sendo o produto advindo da venda revertido ao Centro de Atendimento Biopsicossocial Meu Guri.”

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, na verdade, ele deu a procuração para vender o apartamento, e o produto da apuração deste apartamento seria doado à Meu Guri.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Ele poderia...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, na verdade...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Mas aí por que ele apareceu?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A doação dos 37 mil reais não tem nada a ver com o apartamento. Nós temos que separar...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Por que apareceu o apartamento, Deputado?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Temos que separar 2 coisas.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Posso esclarecer?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Por favor.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Por que apareceu? Porque, segundo os jornais, a Polícia Federal dizia que teve um depósito de 37,5 mil na conta da Meu Guri, uma TED feita. Aí, precisamos explicar de onde veio esse dinheiro. De onde veio esse dinheiro?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não veio do apartamento.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não veio do apartamento. Aí é que vem essa história do apartamento, porque ele fez uma cessão para vender



o apartamento. Como nós não conseguimos vender, acumularam-se dívidas de condomínio e outros impostos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - No nome do apartamento. Nada tem a ver.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - No nome dele, inclusive.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, ele é que tinha de pagar. O débito é dele.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Aí, a Meu Guri negociou dizendo: *“Você doou isso para nós. Não é justo agora que simplesmente você leve o apartamento de volta e não dê nada para as crianças.”* Então, a Meu Guri conseguiu ainda, em negociação com ele, 37,5 mil reais. É exatamente isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Deputado Paulo, na verdade, tem alguma coisa aqui que depois nós vamos explicar mais na frente. Na verdade, esse apartamento está fora, não tem nada a ver com a história, não tinha que entrar o apartamento aí. O apartamento não explica essa coisa. O apartamento foi para ser vendido, não vendeu, devolve-se. O débito, ele paga. É problema dele. Agora, se ele queria dar mais 37,5 mil, ele faria uma doação — fez uma doação — de 37,5 mil. Nada tem a ver com o apartamento.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Tem a ver, Deputado. Tem a ver, porque...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pelo amor de Deus, não tem.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Nós... porque ia vender e reverter para as crianças. Ele fez...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Num primeiro momento, sim. Ele deu o apartamento para que o produto da venda fosse para os guris, fosse para...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Ele fez uma compensação. O que entrou na discussão foi exatamente isso. *“Você nos cedeu um apartamento para vender. Você cedeu um apartamento para que a gente vendesse e retornasse os recursos para as crianças. Agora, não é justo...”*

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mais na frente nós vamos esclarecer.



O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Só para terminar, Deputado. Não era justo que simplesmente ele pegasse o apartamento de volta. Foi essa a negociação que a minha esposa fez com ele.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas era justo. Se ele deu o apartamento para ser vendido, já que não vendeu, dá cá o apartamento de volta. Ponto final.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Mas ele deu para ser vendido.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas não vendeu.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Nós não vendemos simplesmente...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Aí pegava o apartamento dele e vendia. No dia que ele vendesse, ele dava o dinheiro ou então esquece o apartamento, toma 37 mil reais do meu bolso e configure o Imposto de Renda.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Mas foi uma compensação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Deputado, nós vamos, mais adiante, tentar esclarecer essa coisa com mais clareza.

V.Exa. afirma que pessoas usaram seu nome indevidamente para oferecer seus serviços a clientes do BNDES. Isso é verdade, é fato. Além de esse cidadão, que era procurador e tal, outras pessoas usaram o nome de V.Exa. em torno de outras questões?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Pelo relatório, ainda sigiloso, que a Polícia afirma, aí tem várias ligações de pessoas, e muitas delas nem conheço, que também citam meu nome e de pessoas que eu conheço que também citam meu nome.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E qual foi a providência que o senhor tomou quando descobriu que essas pessoas estavam usando seu nome indevidamente?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Até agora, tenho tentado esclarecer esse fato e não consegui, não tive oportunidade. Estou tendo a primeira



oportunidade aqui, na Comissão de Ética, para a gente poder fazer esse esclarecimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas o senhor não vai tomar nenhuma posição jurídica contra essas pessoas?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - É lógico que esse será um passo seguinte, não só nessa questão de quem usou indevidamente, mas até de quem publicou.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - V.Exa. falou desse cidadão que foi indicado para o Conselho do BNDES. Precisamos deixar isso esclarecido. Entendi claramente... Acho que entendi, se foi isso. V.Exa. vai me corrigir se eu estiver errado. O BNDES tem, na verdade, 3 Conselhos: o Conselho de Administração, que tem a ver com administração, que tem poderes de interferir nas decisões do Banco; o Conselho Fiscal, que fiscaliza toda a parte contábil, toda a parte de dinheiro; e existe esse Conselho a que V.Exa. se referiu, que se reúne 4 vezes por ano, que, pelo que entendi, traça as políticas públicas do BNDES, políticas macro, e não tem ingerência sobre as políticas de investimentos. É isso?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Exatamente isso. Eu, ontem, até, Deputado...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não ficou claro. Eu estou lhe perguntando, porque não ficou claro. Quando se fala é do Conselho, é do Conselho, é do Conselho, é preciso explicar que Conselho é esse.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Eu também não o conheço a fundo; eu o conheço superficialmente. Esse é um Conselho, criado no início do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique, composto por 2 representantes dos trabalhadores, 1 da Força Sindical e 1 da CUT, 5 Ministros — Trabalho, Fazenda, provavelmente, Indústria e Comércio...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A composição não é o problema. Eu quero saber é o Conselho...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - A função desse Conselho é discutir as grandes políticas do Banco, em que vai fazer investimento. É praticamente um conselho consultivo. Ele não tem nenhuma ingerência, por exemplo, em liberação de recursos, muito menos naquela estrutura de vários



departamentos, segundo o que eu li, cerca de 35, para serem liberados recursos, o que demoraria em torno de 10 meses. É mais ou menos esse o teor da nota técnica que o BNDES distribuiu.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Deputado Paulo Pereira da Silva, V.Exa. esteve no gabinete de quase todos os Deputados membros do Conselho, inclusive no meu. Eu o recebi e V.Exa. me deu a sua defesa escrita, esta que está encadernada, junto com o encarte do Meu Guri. Eu o li. Mas me chamou a atenção um fato.

Na pág. 2 da sua defesa, tem o item 2. O item 3: *Nesse panorama, a douta Procuradora-Chefe da República encaminha e converte-se a presente notícia...* aí tiveram o cuidado de tirar uma xerox e cobrir. O que é que tinha nessa pergunta?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Onde? Na declaração?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A 4, a 5 e a 6. *(Pausa.)*

Tiveram o cuidado de cobrir na xerox...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Esse documento está na íntegra no processo, eu acho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas na defesa que V.Exa. apresentou aos Deputados...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Ele citava episódios da eleição de 2002.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Citava o quê, Deputado?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Episódios da eleição de 2002, que eu fiz questão de não...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas consta da defesa?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Consta. No documento principal, consta. Eu coloquei aqui basicamente o assunto principal, porque ele fazia uma introdução com fatos da eleição de 2002, que eu achei que nesse momento era melhor não colocar nesse documento. Mas nos autos está o documento na íntegra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, eu requeiro a V.Exa. que extraia do processo a parte que foi suprimida da defesa do Deputado Paulo Pereira da Silva. Que ela seja anexada para que possa fazer sentido, porque



algumas perguntas podem não fazer sentido, algumas respostas, em função da falta do que aqui está escrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Deputado José Carlos Araújo, essa parte está à disposição de V.Exa., na parte sigilosa da documentação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Isso faz parte da parte sigilosa do processo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Faz parte. Está no processo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A Justiça determinou que essa parte ficasse sigilosa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Todo o processo é sigiloso. Todo ele é sigiloso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Na defesa também a Justiça determinou essa parte que não constasse?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Sr. Presidente, eu posso dar um esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Na verdade, eu fiz um documento e o entreguei nem a todos os Deputados, não consegui ir ao gabinete de todos, que não é bem uma defesa; é um documento com algumas provas da minha inocência. Nesse documento, na defesa que nós fizemos ao Conselho de Ética, está na íntegra. Se o Deputado José Carlos Araújo quiser, eu posso passar-lhe agora, aqui, um documento na íntegra para o senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu gostaria, Sr. Presidente. Eu realmente gostaria, porque a parte da defesa apresentada pelo Deputado não pode constar parte sigilosa. Na verdade, entregou, deve ter todas as partes que constam...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Mais um esclarecimento...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu vou analisar aqui. Numa próxima oportunidade, eu voltarei com essas partes que o senhor está me entregando aqui.



O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Só mais um esclarecimento, Deputado José Carlos Araújo...

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - ... é que não é minha defesa isso aí. Era apenas um documento...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não deixa de ser uma defesa, Deputado Paulo Pereira da Silva. É uma parte que esclarece muita coisa do que está acontecendo. Não deixa de ser uma defesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - O.k. Deputado Paulo Piau.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Apenas para dizer que a reunião sigilosa o Presidente vai colocar sob apreciação do Conselho. Acho que nesse momento é que nós vamos poder aprofundar e explorar exatamente o relatório da Polícia Federal. Não aqui, em aberto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nobre Relator, eu não estou entrando no relatório da Polícia Federal, até porque eu fiz questão de não ler o relatório da Polícia Federal. Eu, primeiro, quis ouvir o Deputado, participar das reuniões. Depois, eu posso até ler o relatório. Mas fiz questão de não fazê-lo e estou agora... Mas esta parte aqui não pode ser sigilosa, não poderia ser sigilosa. É o documento que foi entregue aos Deputados, e suprimiram. A não ser que esse documento fizesse parte do processo, o que não faz.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Mas isso é de responsabilidade, evidentemente, do Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pois é. Por isso eu perguntei ao Deputado por que está suprimido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Bem, o próximo inscrito é o Deputado...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, deixe-me só concluir, porque, com tanta interrupção...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - V.Exa. me permita pelo menos mais 1 minuto para que eu possa fazer mais uma pergunta.



Fala-se sobre a insinuação que o Dr. João Pedro teria deixado em uma de suas visitas que realizou ao seu gabinete uma mochila. Essa mochila é uma mochila suspeita. O senhor tem conhecimento dessa mochila que foi deixada?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Eu tive pelos jornais também, Deputado, porque essa mochila é a mesma com que ele também esteve em outros gabinetes, inclusive fotografada pela Polícia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas nos outros gabinetes ele esteve com a mochila.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - No seu gabinete, ele deixou a mochila. É o que dizem os jornais...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - O que eu poderia dizer aí é que, primeiro, qualquer mochila com que você entra na Câmara tem que passar pelo detector de metal. Se passasse por lá e tivesse alguma coisa estranha, a Segurança poderia ter feito as verificações de praxe.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Só um adendo, Deputado. O detector de metal não detecta papel, só metal.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não é detector de metal, é no raio x.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O detector é de metal.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não, mas o raio x...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Também não detecta papel, detecta só metal. Mas vamos, por favor.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Mas ele, além disso, se fosse suspeito, eu poderia dizer que a Polícia Federal poderia também, já que estava lá, na porta do meu gabinete, poderia ter feito as verificações de praxe para tirar essa dúvida. Não fizeram, eu imagino que não fizeram, exatamente para deixar essa dúvida de que entraram no meu gabinete com a mochila, e que deixou a mochila lá. Agora, eu não tenho conhecimento da mochila, não vi a mochila. Muitos companheiros trabalhadores...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Ninguém do seu gabinete tem conhecimento dessa mochila?



O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Que eu saiba, não. Ninguém me disse: deixaram uma mochila lá, sabe por quê...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O senhor também não teve a curiosidade, depois que isso foi publicado nos jornais...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Mas, aí, a mochila já tinha ido embora.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - ... que essa mochila foi deixada no seu...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Como é que eu ia saber, se a mochila já tinha ido embora? Não estava lá mais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas ninguém sabe...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não. Ninguém sabe, sabe por quê...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Ninguém sabe do seu gabinete que essa mochila ficou?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Deputado, meu gabinete é visitado por dirigentes sindicais do Brasil inteiro. Muitos deles deixam as suas bolsas, os seus pertences no meu gabinete, quando vêm a Brasília. Então, é normal ter gente que deixa as coisas lá, no meu gabinete.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não, Deputado, eu não estou perguntando o conteúdo não. Eu estou perguntando se V.Exa. tem conhecimento...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não tenho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - ... de que esse cidadão, ou alguém de seu gabinete, tem conhecimento de que essa mochila foi deixada no seu gabinete.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não, não tenho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A pergunta é essa.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não tenho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E não teve a curiosidade de procurar saber de seus funcionários se essa mochila foi deixada em seu gabinete?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Também não tive essas informações de meus funcionários.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nós vamos ter outras sessões, Deputado Paulo, e eu gostaria que V.Exa. perguntasse a seus funcionários se essa mochila foi deixada e, numa próxima oportunidade, ...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - O.k.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - ... o senhor me responde.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Farei isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, agradeço pela compreensão. Embora eu não pudesse fazer todas as perguntas, mas eu fiz algumas e, numa próxima oitiva, nós faremos as outras perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - O próximo Deputado inscrito é o Deputado Urzeni Rocha. Dez minutos.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Sr. Presidente, Deputado Sérgio Moraes, Relator Paulo Piau, Deputado Paulo Pereira, que aqui está prestando o seu depoimento, todos os Deputados daqui, do Conselho de Ética, essa denúncia imputada pela mídia, que veio à tona e que nós todos tivemos conhecimento, Deputado Paulo, diz respeito a possíveis desvios de recursos públicos do BNDES, de empréstimos feitos a prefeituras, a algumas prefeituras. E o ponto, o epicentro, o ponto fulcral dessa denúncia diz que V.Exa. era — e é o que dá para entender —, era a pessoa que tinha... exercia influência e, vamos dizer, uma espécie de intermediador, um interlocutor, entre as prefeituras e o BNDES, para realização, a contratação desses empréstimos. O BNDES, nós sabemos, que é uma instituição federal, que tem objetivos claros na sua existência, que faz e patrocina investimentos de desenvolvimento no País, e esse banco tem uma equipe técnica que avalia as propostas de empréstimos que chegam lá, seja ela de prefeitura ou de qualquer entidade, enfim, e também tem uma equipe, que é a equipe dos conselheiros, que fazem a avaliação. Dentre as pessoas citadas no processo, existe João Pedro de Moura, ex-conselheiro do BNDES, indicado pela Força Sindical. E, depois que ele saiu, entrou Dr. Ricardo Tosto, indicado também pela Força Sindical, entidade pela qual... V.Exa. preside essa entidade, que é uma entidade de grande



importância no País. Em primeiro lugar, eu queria perguntar — eu não tenho esse conhecimento: o Conselho do BNDES é formado por quantos membros?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - O Conselho que a Força Sindical...

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Que avalia, que...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - ... Não. O Conselho de que a Força Sindical participa é formado por 12 membros. Repetindo: um da Força Sindical, 1 da CUT, 5 Ministros e mais 5 pessoas da sociedade civil. Esse Conselho se reúne a cada 3 meses e discute as grandes políticas do banco, discute investimentos; não tem acesso a liberação de recursos, a aprovação de projetos. Nessa parte eles não tem nenhuma ingerência.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - O senhor acha que, pelas imputações contra a sua pessoa, o Conselheiro que a Força Sindical indicou teria poderes para decidir, para influenciar num colegiado de 12 membros, de influenciar positivamente na liberação desse ou daquele empréstimo, desse ou daquele recurso que o BNDES liberaria para uma prefeitura?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Nenhum. Até porque esse Conselho não trata de liberação de recursos, muito menos dos projetos. Ele trata de investimento: onde é que o País vai investir. O País vai investir agora na Usina de Rio Madeira ou vai investir em infra-estrutura? Enfim, é esse, essas grandes diretrizes que esse Conselho trata. Ele não trata lá de “se alguém apresentou um projeto”. Eu li aqui ontem uma nota técnica de como é que é feita a liberação no banco. Tem todo um trâmite que, segundo a nota técnica, que teria que passar um projeto para ser aprovado. E, normalmente, tendo que passar, segundo a nota, por cerca de 35 departamentos. Então, é quase que impossível — não vou dizer que é impossível —, mas é quase que impossível que um Conselheiro tenha acesso para fazer aprovar um projeto no BNDES.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Muito bem. O Dr. Ricardo Tosto, como V.Exa. já disse aqui, é um advogado muito conceituado no Brasil, uma pessoa profissionalmente capacitada. Quais foram os critérios que a Força sindical utilizou, já que ele é um advogado, deve ter muitos clientes, deve ter o seu escritório



abarrotado de causas? Quais foram os critérios e qual foi o motivo da indicação, pela Força Sindical, do Dr. Ricardo Tosto para compor o Conselho do BNDES?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - A Força Sindical, normalmente — não só a Força Sindical, como também as demais centrais —, procura indicar para os Conselhos pessoas técnicas, não só para o Conselho do Fundo de Garantia, Conselho do FAT, enfim, para os Conselhos da República, as centrais têm acesso. E foi, então, extremamente técnico. Nós poderíamos indicar um dirigente sindical, mas nós preferimos indicar um técnico. E foi baseado nas condições técnicas do Dr. Ricardo Tosto.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Perfeito. Existe também no processo, e dito por V.Exa., que o BNDES, quando do projeto da construção do Meu Guri, doou, fez uma doação de 1 milhão e 300 para ajudar na construção da entidade que é presidida pela sua esposa. Esses 1 milhão e 300 doados, foi por meio... Logicamente, o projeto foi apresentado ao BNDES e tal, foi aprovado. Esses 1 milhão e 300 foram passados evidentemente pelo Conselho e tal, e isso foi a fundo perdido? Dentro das linhas de crédito do BNDES existem programas para financiar esse tipo de projeto no BNDES?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - O BNDES era BNDE. Depois, puseram um “s” na frente exatamente para atender essa área social, até porque tinha uma pressão da sociedade de que o BNDES emprestava dinheiro para demitir pessoas, não é? Antigamente, era esse o conceito, porque você emprestava dinheiro para as empresas se modernizarem. E a modernização, no nosso meio, no meio dos trabalhadores, era um novo facão, porque a empresa se modernizava, comprava máquinas e demitia. E não tinha nenhuma parte para a área social. Ou seja, o BNDES não fazia a outra função, que era a função social. E devido a isso o BNDES passou a se chamar, então, não mais BNDE, mas BNDES. Esse “s” é exatamente para cuidar da área social. Eu não sei aqui precisar quantos projetos até hoje o BNDES emprestou ou doou para a área social.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Área social.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Para a área social. Talvez, o Presidente Luciano Coutinho... O doutor está me dando o nome técnico. É financiamento não-reembolsável. Esses recursos... Fizemos um projeto, demorou de



98, 99 até 20001. Na medida em que nós começamos a construir, o BNDES foi liberando recursos de acordo com a construção. Os últimos centavos foram liberados lá no final da construção. E para chegar a esse final, foi um grande sacrifício. Nós tivemos que fazer rifa, fazer bingo, fazer *shows*. Gian e Giovani fizeram vários *shows*, jantares dançantes, jantares para que a gente pudesse arrecadar recursos. Empresas como o BRADESCO, por exemplo, construíram a quadra de esporte. Enfim, foi um grande sacrifício para chegar no final e o BNDES liberar os últimos recursos. Quando nós terminamos a obra, apresentamos todas as contas. Foram aprovadas as contas. E eu poderia até pedir, se for o caso, e poderíamos pedir ao BNDES todo o processo, como é que foi feito, para ficar clara essa questão da doação de 1 milhão e 300. E quero repetir: a obra custou mais de 4 milhões. E queria, Sr. Presidente, até sugerir, como o projeto nosso nunca teve tanta audiência, nunca deram tanta audiência para esse projeto, até porque o senhor sabe que as pessoas no Brasil gostam muito de falar da coisa errada, mas da coisa certa não se fala. Esse projeto, nós temos muito orgulho dele.

Queria sugerir que a Comissão de Ética fizesse nesse período uma visita, para verificar se aquele projeto custa menos de 1 milhão e 300. Porque a dúvida é esta: se emprestaram 1 milhão e 300, quanto que roubaram? Quanto foi que roubaram de 1 milhão e 300? Então, lá foi o contrário. Nós tivemos que conseguir recursos para terminar. Então, acho que a Comissão de Ética podia pegar 2, 3 companheiros Deputados da Comissão e fazer uma visita, até para que a imprensa pudesse registrar lá o projeto. Eu levei a imprensa lá, mas, infelizmente, eles não deram um espaço para que a gente pudesse apresentar.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Deputado Paulo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Pois não, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Nós já enviamos um ofício ao BNDES questionando realmente essa liberação de recursos para essa área social.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Perfeito, Deputado.

Deputado Paulo, V.Exa. conhece o Prefeito de Praia Grande?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Conheço. Como eu disse ontem, as centrais sindicais, os sindicatos... Não é a Força Sindical. A Força Sindical



tem mais colônias lá porque tem mais sindicatos do que as outras na cidade de São Paulo e no Estado de São Paulo. Nós devemos ter lá, das colônias da Praia Grande, deve ter cerca de 70% que são ligadas à Força Sindical, ligadas a sindicatos, ligadas à Força Sindical. Outras são ligadas à CUT, outras à UGT. O companheiro Magrão, por exemplo, tem uma colônia. A Federação do companheiro Magrão, que está aqui, tem uma das colônias de férias na Praia Grande. Essas colônias foram construídas por volta de 1968 num terreno doado por um antigo Governador, Laudo Natel, e hoje tem cerca de 10 mil apartamentos, que são oferecidos aos trabalhadores dessas categorias. Então, devido a essas colônias na Praia Grande, a grande maioria dos congressos dos trabalhadores foram feitos na Praia Grande, exatamente por causa de custo. E todas as vezes que tem um grande evento lá, que vai autoridade, que vai um Ministro, o Prefeito acaba participando.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Perfeito. Eu fiz essa pergunta para exatamente ver essa correlação. Nas denúncias — e V.Exa. já disse aqui —, o João Pedro de Moura prestou serviços técnicos nessa contratação do empréstimo da Prefeitura de Praia Grande. E aí gerou toda essa discussão de que repassou tanto para isso e para aquilo, e o João Pedro, nas suas declarações, disse que fazia e usava, utilizava o seu nome para obter maiores vantagens e tal dessa prestação de serviços que ele tinha.

V.Exa. deu autorização a João Pedro para que utilizasse o seu nome? V.Exa. tinha conhecimento disso?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Claro que não. E ele nem poderia usar. Ele poderia ter usado até quando era conselheiro do BNDES.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - V.Exa. nunca teve conhecimento durante esse tempo todo?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não, nunca tive conhecimento. E fiquei também sabendo, como vocês, pela imprensa.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Sr. Presidente, eram essas as minhas perguntas.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Deputado Paulinho, antes de passar ao próximo orador, eu lhe questiono: na época do financiamento do BNDES, V.Exa. era Deputado?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Financiamento? Qual deles?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Esse que foi para o Projeto Meu Guri.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não, eu sou Deputado pela primeira vez. Fui eleito em 2006 e é a primeira vez que fui Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - O próximo é o Deputado Antonio Carlos Biscaia, que tem, regimentalmente, 5 minutos bem flexíveis.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Paulo Pereira da Silva, o tempo é curto, mas eu creio que algumas observações devam ser feitas. O próprio Parlamentar fez referência aqui e consta da sua defesa. Eu vou me referir à peça de defesa. Aquilo que eu disser aqui não é nada a respeito dos documentos que vieram do Supremo, que estão cobertos pelo sigilo. Ele atribui a divulgação desses fatos a uma possível perseguição. No diálogo que ele tem com o Sr. Ricardo Tosto: *“Quem é que está por trás disso? Vamos descobrir. É possível”*. E aí vai como se fosse uma armação da Polícia Federal.

O que tem de estar muito claro — e aí também o relatório que está na documentação do corregedor — é que o início da investigação é uma investigação na Operação Santa Tereza e uma empresa WE Original, uma casa de prostituição. A origem foi essa. Não era nada objetivando a conduta do Parlamentar Paulo Pereira da Silva. Isso tem que ficar muito claro.

A partir daí, a Polícia Federal desvendou um esquema. Esse esquema é uma representação longa. Alguns trechos estão aqui transcritos e, a partir daí, o processo criminal foi iniciado. Pois bem, nesse processo criminal — hoje já foi feita referência —, o Sr. João Pedro de Moura confessou tudo aqui. A confissão dele está muito clara aqui. O interrogatório está na página 38 da defesa do Deputado Paulo Pereira da Silva. Ele confirma que os trabalhos de consultoria eram feitos e um percentual,



uma comissão, um percentual de corrupção era recebido por ele mesmo. E aqui ele procura inocentar o Parlamentar.

Então, até aqui, a prova é mais do que suficiente de que houve pagamento de comissão e que beneficiou um grupo de pessoas. E aí haveria referência a Paulinho. E ele expressamente disse: *“Eu coloquei para o grupo que tinha que pagar o Paulinho, mas na verdade esse dinheiro era para mim”*.

A única questão que acho pode provocar alguma dúvida é se esse dinheiro era ou não para o Deputado Paulinho e qual a efetiva relação existente entre o Deputado Paulo Pereira da Silva e o Sr. João Pedro de Moura e, depois, o Sr. Ricardo Tosto.

Com isso, vou indagar — e o seu advogado também fez referência à planilha efetivada — se o Deputado tomou conhecimento dessa planilha, se lá havia cheques e se nos cheques havia a anotação de pessoas que seriam beneficiadas. Se cheques eram nominais ou ao portador e, em nenhum dos casos, se havia referência a quais seriam os beneficiários desses cheques.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Deputado Antonio Carlos Biscaia, eu também tive conhecimento, como todos os companheiros, pela imprensa e, agora, pelo relatório da polícia. Essas planilhas, eu poderia até fazer uma comparação. Se alguém colocasse numa planilha o nome do Deputado Sérgio Moraes, no outro dia ele seria culpado? Os 2 lá, acertando exatamente esse benefício a mais para eles, do meu ponto de vista, deveriam ter feito essa coisa muito bem-feita, até para mostrar para o grupo. E aí organizaram uma planilha. Só pode ter sido isso. Porque, como eu não recebi cheque, abri meu sigilo bancário e fiscal para comprovar que não recebi, e tem uma planilha, essa planilha feita por 2 pessoas, exatamente as 2 que estavam acertando para ter mais vantagem sobre esses recursos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Portanto, eu não tenho como explicar essa planilha, exatamente porque não foi feita por mim, foi feita por eles.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - V.Exa. viu os cheques que foram emitidos? Que estão instruídos com algum tipo de registro?



O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não vi, não vi. De jeito nenhum.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Também não tomou conhecimento?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Também não.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Agora, a sua relação com João Pedro de Moura. Não há dúvida de que a indicação foi feita como representante da Força Sindical.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Foi. João Pedro de Moura foi assessor da Força Sindical e depois foi conselheiro do BNDES, indicado pela direção da Força Sindical. Eu dei as datas ontem. Parece-me que de junho de 2002 a agosto de 2007. Aí ele saiu e, no lugar dele, a Força Sindical indicou o Dr. Ricardo Tosto.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Como foi a indicação do Sr. Ricardo Tosto? De que maneira ela se processou?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Como é feito isso? Como a vaga pertence à Força Sindical, se por acaso ficar vaga, como está vaga hoje, porque a Força Sindical ainda não indicou esse nome para lá, porque o Dr. Ricardo Tosto renunciou — na verdade, ele não renunciou, pediu afastamento e, como não existe a figura do afastamento, o BNDES simplesmente desconsiderou a presença dele lá — então a Força Sindical tem que indicar novamente. Como é feito? Nós fazemos uma reunião da Direção Nacional da Força Sindical e a Força Sindical escolhe um nome para ir. Apresentam-se alguns candidatos, ou apresentam-se alguns nomes e a Força Sindical encaminha um ofício ao Ministro Miguel Jorge, com cópia, é lógico, para o Presidente do banco, e em seguida é publicado no *Diário Oficial*. Queria só dar um exemplo: quando o João Pedro saiu do Conselho, o *Diário Oficial* da União publicou uma destituição feita pelo Presidente da República e pelo Ministro Miguel Jorge.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Onde esse ofício foi expedido? Foi exatamente isso: ofício dirigido ao Ministro de Desenvolvimento e Comércio Exterior, Miguel Jorge.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Isso.



O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Onde foi expedido? Na sede da Força Sindical?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - A Força Sindical faz o ofício e encaminha...

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - O ofício foi elaborado e redigido lá, expedido por lá?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Exatamente. Encaminhado ao Ministro. A Força Sindical faz o documento e encaminha ao Ministro Miguel Jorge.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Então, isso foi feito. Naquele momento, qual era a sua relação com o Sr. João Pedro de Moura? Nesse momento da substituição?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Ele era assessor da Força Sindical.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Continua sendo até hoje, até o momento?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Hoje ele é sócio de uma empresa e essa empresa tem um contrato de prestação de serviço com a Força Sindical do Estado de São Paulo. Porque na organização da Força Sindical tem-se a Direção Nacional e cada Estado tem a sua direção, tem a sua autonomia. E ela tem contrato com prestadoras de serviço. Entre elas...

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Até o momento em que foi preso, ele ainda tinha esse contrato com a Força Sindical?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Ele tem esse contrato até hoje com a Força Sindical de São Paulo, mesmo estando preso. Na verdade, não é ele, é a empresa dele.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Sim, sim. Mas acho que para nós é fundamental uma efetiva explicação de qual relação existiu, porque se ele confessa que recebeu propina, uma parcela para diversos negócios realizados, e no primeiro momento ele diz que uma parte era para Paulinho e, depois, em juízo, é que ele desmentiu isso, a meu ver, esse é o ponto essencial.



A outra questão referida, sobre o apartamento, também já foi muito bem indagada aqui.

É esta a intervenção, Sr. Presidente. Eu queria apenas que a Comissão, o eminente Relator, requisitasse, se fosse possível, porque creio que o processo em curso na Justiça Federal de São Paulo, não sei se também está coberto pelo sigilo, mas, caso não esteja, a denúncia oferecida é fundamental também para que tenhamos novos elementos para inquirição em sessão reservada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Agradeço ao Deputado Antonio Carlos Biscaia a participação.

O Deputado Marcelo Ortiz falaria pela ordem, mas não está presente.

Próximo inscrito, Deputado Sérgio Brito, que dispõe de 5 minutos bem flexíveis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - Sr. Presidente, Deputado Sérgio Moraes, Sr. Relator, Deputado Paulo Piau, Deputado Paulinho, membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, depois de analisar página por página todo o processo do Deputado Paulinho, fiz algumas observações. Mas ontem todos os colegas fizeram quase as mesmas observações, juntamente com o Relator, e eu realmente confesso a V.Exa. que o Deputado Paulinho dirimiu todas as dúvidas que porventura eu tinha a respeito do processo. Fiquei satisfeito com as suas respostas positivas, objetivas, sem nenhum problema *a priori*.

Confesso, Deputado Paulo, que no País em que vivemos estão ocorrendo muitas inversões de valores. E isso é muito ruim para nós, brasileiros. E isso não é de agora. Nos países desenvolvidos, Estados Unidos, Europa, todo cidadão, até que provem o contrário, é honesto, é correto, é inocente. No Brasil, não, é o contrário. Todo brasileiro, todo cidadão, até que prove o contrário, é culpado. Ele é desonesto. E é isto que nos passam. É isto que está acontecendo em nosso País. Temos de dar um basta.

O que V.Exa. está sofrendo hoje, e que muitos brasileiros já sofreram, com a sua imagem, com a sua moral atingida... Amanhã, V.Exa. vai provar a sua inocência, mas quem vai pagar a V.Exa. pelo desgaste sofrido, sem provas, como aconteceu aqui com os anões do Orçamento, em 1980, quando a maioria deles provou ser



honesto? Mesmo absolvidos, ficaram manchados. É lamentável que isso ocorra no Brasil, é lamentável.

Eu li e reli tudo que havia sobre V.Exa. e não vi nada concreto, nada para fazer esse alarde todo neste País, nada. Atenciosamente, passei uma semana lendo páginas. São centenas de páginas. Não quero falar aqui sobre o sigilo, esse problema, mas eu li as defesas, as acusações e não havia nada que justificasse que se fizesse esse escândalo todo.

V.Exa. respondeu ontem claramente sobre a participação do Sr. João Pedro, se era funcionário do seu gabinete — foi publicado várias vezes que era funcionário do seu gabinete —, e V.Exa. disse claramente que nunca foi funcionário. É só pegar os registros da Casa para ver que não foi. Mas sai antes dizendo que é, para fazer ligações. Não é assim. Não pode ser assim.

Em nenhum momento V.Exa. se referiu, nas páginas dos processos... Em nenhum momento houve diálogo de V.Exa. com qualquer um que seja sobre questões financeiras, em nenhum momento, Sr. Relator. V.Exa. pode ler. Em nenhum momento. Falam do Deputado Paulo Pereira, o Paulinho. Sim, mas é como ele mesmo disse aqui: quantas vezes outras pessoas, para poderem se engrandecer e se valorizar, falam em nosso nome. O que é isso? E por isso é que o Deputado, ou qualquer outro, vai ser processado, acusado. Isto é um absurdo que pode ser feito neste País.

Eu li atentamente também essa parte da doação. V.Exa. esclareceu ontem. Essa doação de 1 milhão, 329, se eu me engano, me perdoe, para a ONG Meu Guri foi feita há 7 anos. V.Exa. nem Deputado Federal era. Então, eu acho que este assunto ligado ao Meu Guri e à liberação do recurso do BNDES não poderia estar em pauta, porque o Deputado Paulinho não era nem Parlamentar naquela época, Sr. Relator. Isto não poderia estar sendo discutido. O que está sendo discutido é se ele quebrou o decoro parlamentar agora e não naquela época, 7 anos atrás, quando o Deputado Paulinho não era nem Parlamentar.

Então, como podemos discutir isso se ele quebrou o decoro parlamentar sobre esse assunto? Não podemos, não podemos. Naquela época, se eu não me engano, V.Exa. não era Presidente da Força ainda, quando foi indicado conselheiro, em 1999, 2000.



O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Também não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - Não era. Não era nem Presidente da Força Sindical. Então, eu não vejo o porquê de tanto alarde nessa questão do 1 milhão, 329 reais — a cifra é grande — para o Meu Guri. E acho que V.Exas., Sr. Relator e Sr. Presidente, têm de criar uma comissão para visitar o Meu Guri, que, como mostra a revista, é um projeto realmente grandioso.

Não foi só 1 milhão, 329 reais, mas 4 milhões de reais destinados à obra, com realização de *shows* e doações diversas. E o BNDES está aí para isso mesmo. O Social já diz que é para essas coisas. Essas questões sobre o BNDES eu acho até que nós vamos esclarecer posteriormente com a vinda do Presidente, com o convite a alguns diretores, até dos conselheiros, para poderem explicar como é que funciona essa questão das liberações para essas obras sociais.

Então, era isto, Sr. Presidente, que eu queria abordar, dizendo ao Deputado Paulinho que fiquei muito satisfeito ontem com o seu posicionamento, com a sua sinceridade. Tenho certeza de que, mais adiante e muito em breve, isto tudo será esclarecido. Não tenho dúvida de que isso pode ter ocorrido devido à sua colocação nas pesquisas para Prefeito de São Paulo e pode ter havido uma conotação política muito forte por trás disso tudo.

Espero que V.Exa. tenha total consciência e tranqüilidade sobre o que está fazendo em relação ao seu mandato como grande Parlamentar que o é.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eram estas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Srs. Deputados, não havendo mais inscritos, eu pergunto ao Deputado Paulinho se deseja...

Antes disso, concedo a palavra ao Deputado Paulo Piau.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Sr. Presidente, antes das considerações do Paulinho, temos de tomar uma deliberação em relação a essa reunião sigilosa sugerida aqui.

Peço a V.Exa. que o determine ou consulte o Conselho a respeito, para que a gente possa prepará-la, eu diria assim.

Em relação às dúvidas que permanecem, e elas permanecem evidentemente. Não será numa sessão apenas que nós iremos esclarecer tudo, e nós estamos no



rol das 15 ou 16 pessoas que arrolamos — está entre elas aqui o Delegado Rodrigo Levin que comandou a operação e evidentemente vai nos esclarecer numa reunião também secreta, eu acredito. Quer dizer, nós temos que verificar porque deve haver alguma informação sob segredo de Justiça, infelizmente. Mas teremos a oportunidade de ouvir dele como é que isso se procedeu e, evidentemente, se há envolvimento nessa parte financeira do Deputado Paulo Pereira.

Então, eu acredito que vamos ter pela frente uma oportunidade nessa direção.

Em relação ao apartamento, outra questão muito bem levantada pelo Deputado José Carlos Araújo, também vamos ter aqui a oportunidade de ouvir tanto o João Pedro de Moura, quanto a Presidenta da ONG Meu Guri, a Sra. Elza, e, portanto, novas informações nós teremos para instruir o processo e, evidentemente, a confecção do relatório.

Agora, eu queria aqui, Sr. Presidente, uma outra coisa que ainda persiste na minha avaliação: essa relação de ONG... Quando eu digo ONG, eu também quero dizer que o Senado Federal tem uma CPI, e nós descobrimos, anteontem, que a CPI do Senado já requereu a presença dessas ONGs envolvidas, como a Luta e Solidariedade, e inclusive a Meu Guri, para deporem. Não sei se já depuseram, mas estão convidadas, ou convocadas, pela CPI, para prestarem os devidos esclarecimentos. Então, é mais uma fonte de informação que, com certeza, poderemos ter.

Para fechar aqui, eu queria que o Deputado Paulo Pereira, aproveitando a oportunidade desta audiência aberta e pública, referisse-se a uma matéria que saiu no dia 7, anteontem precisamente, que eu faço questão de ler e, evidentemente, se ela é pública, não há segredo de Justiça. É o que deixa a gente realmente estranho, porque está sob segredo de Justiça, mas alguém passa um *off* e então esse segredo de Justiça passa a não existir, porque está público. O Brasil inteiro teve acesso a essa quebra de sigilo.

Então, queria que V.Exa. realmente pudesse nos esclarecer sobre essa matéria. Eu vou fazer questão de lê-la.

“Depósito complica aliado de Paulinho...”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Qual é a agência?



O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - *Estadão.com.br*.

“Quebra de sigilo revela, segundo Polícia Federal, que ONG do Vice-Presidente da Força Sindical teria recebido 82 mil reais. A Polícia Federal descobriu um novo depósito de 82 mil na conta da ONG Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Pesquisa Política Social e Cultural do Trabalhador Luta e Solidariedade, que foi dirigida por Eleno José Bezerra, Vice-Presidente da Força Sindical e aliado do Deputado Paulo Pereira da Silva. O repasse foi feito em 28 de março, como revela a quebra do sigilo bancário da entidade.

A Operação Santa Tereza apontou Paulinho como integrante da organização criminosa para desvio de verbas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A PF supõe que o dinheiro que foi parar no caixa da Luta e Solidariedade saiu do BNDES e teve Paulinho como destinatário. O parlamentar nega qualquer vínculo com a organização.

Paulinho vai ser ouvido pela PF em agosto. O depoimento será registrado no inquérito aberto pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Após tomar as explicações do deputado, a PF vai remeter ao Supremo e à Procuradoria-Geral da República todos os dados que reuniu sobre a presumida ligação de Paulinho com os principais acusados da Santa Tereza. Amanhã, o deputado vai depor no Conselho de Ética da Câmara, no processo que pede a sua cassação.

No início da investigação, a PF identificou um primeiro depósito na conta da ONG, realizado em 18 de março, também no valor de R\$ 82,1 mil. Os investigadores estão convencidos de que Luta e Solidariedade e Meu Guri — ONG presidida por Elza



Pereira, mulher do Parlamentar — teriam sido o elo entre Paulinho e a organização. No dia 1º de abril, a Meu Guri recebeu R\$ 37,5 mil do lobista João Pedro de Moura, braço direito de Paulinho, capturado na manhã do dia 24 daquele mês.

O sigilo bancário das duas ONGs foi aberto pelo juiz Marcio Ferro Catapani, da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo, que conduz ação penal contra 13 réus da Santa Tereza. Os dois repasses, até aqui identificados, em benefício da Luta e Solidariedade foram feitos pelo empresário Marcos Mantovanni, diretor-proprietário da Probus Investimentos, Consultoria e Assessoria e apontado pela PF como mentor da trama BNDES. A PF diz não ter dúvidas do envolvimento de Paulinho e sustenta que as provas contra ele são decisivas.

No relatório de 89 páginas enviado à Justiça, os federais informaram que descobriram a parte que caberia a Paulinho, analisando discos rígidos copiados de computador da Probus.

‘A Polícia Federal diz muita coisa e prova pouco’, afirma o criminalista Leônidas Scholz, que defende Paulinho da Força.”.

Acho que a oportunidade é válida, já que isso é de conhecimento do Brasil inteiro, pois saiu num jornal de grande circulação.

Gostaria, então, que V.Exa. desse uma explicação sobre isso, já que há uma quebra de sigilo revelada publicamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Deputado Paulo Piau, é uma coisa difícil de explicar, porque, se eu não tenho nenhuma informação sobre isso... Eu não conheço, não tenho nenhum acesso a essa ONG Luta e solidariedade, como eu disse aqui ontem. Conheço algumas das pessoas, sei onde fica e sei a finalidade da ONG: ela é para fazer treinamento e qualificação de dirigentes sindicais e de militantes.



O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Mas o senhor se lembra quando o Eleno a dirigiu?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Primeiro, V.Exa. vê que a matéria diz que “A ONG é dirigida”, e depois, embaixo, ela fala a verdade: que ele dirigiu. Mas o título é: “Vice-Presidente da Força”. Então, o Eleno fundou essa ONG e, depois, devido a suas atividades, deixou, algum tempo atrás — não sei quanto tempo, ele vai poder explicar aqui —, e não é mais dirigida por ele. Ele não tem mais influência nessa ONG. Portanto, o que eu posso dizer? Não tem cheque no meu nome, não tem uma palavra falando comigo, não tem uma ligação comigo, e aparece na imprensa que a polícia diz que tem certeza. Só que a certeza dela é um pouco o que o Deputado Sérgio Brito falou: a certeza é de que pessoas falam com pessoas. E aí continua, pessoas falando com pessoas. E agora é constatado oficialmente que esse cheque está na conta. Eu acho que uma das coisas que o Conselho de Ética poderia fazer é verificar se o dinheiro saiu, porque, se o dinheiro está na conta, pode ser que ele tenha saído. Se saiu, foi para onde? O que foi feito? Pode ser esclarecido. Mas o que tem que ficar claro é que eu não tenho nenhuma ingerência sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Deputado Paulinho, deseja...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Eu queria fazer mais alguns esclarecimentos, até porque não me perguntaram. E também, como foi matéria de primeira página dos principais jornais do Brasil, eu fiquei aguardando, e até trouxe alguns documentos para mostrar. Mas um dos destaques da imprensa brasileira foi uma casa que a minha mulher tinha comprado em Bertiooga. A foto publicada pela imprensa — eu vou fazer questão de mostrar — era esta de cima. Isto aqui dizendo que nós tínhamos comprado esta casa a 220 mil reais. Qualquer um que leu... Aqui tem uma foto mais bonita. É esta foto aqui. Qualquer um que visse esta casa comprada por 220 mil reais diria: *Puxa!, esse sujeito está roubando mesmo. Além de roubar, ele vai lá e subfatura o negócio.* O que eu quero explicar é que esta casa... O que nós compramos foi 100 metros quadrados (100,20m²). Está aqui a escritura. Cem metros quadrados, Sr. Presidente. Esta sala aqui deve ter muito mais. O Deputado Mário Heringer fez uma medida para mim: deve dar, mais



ou menos, do canto daquela mesa ali para trás; do canto daquela mesa ali até o canto dessa daqui. Só que, como é um sobrado, é mais ou menos a metade disso aqui em cima da outra metade, certo? É a metade disso que eu falei, sendo que é um sobrado. O que nós compramos foi isso. Nós compramos, então, mais ou menos o seguinte: 2 janelinhas dessa daqui e 1 portinha. Isto aqui é um condomínio que tem 14 apartamentos, e aí sai na imprensa que eu tinha comprado essa casa. Eu queria esclarecer isso. Está aqui a escritura — pus nos autos. A escritura diz exatamente isto: 50,10m² embaixo, 50,10m² em cima. Também disseram: *Comprou com dinheiro; deu 60 mil em dinheiro*. Fiz questão também de juntar ao processo Imposto de Renda da minha mulher. Que, no dia da compra, se verificar — até porque nós oferecemos o sigilo bancário, não só meu como dela —, ela tinha 175 mil 483 em uma conta e 61 mil, que foi exatamente o que foi pago em dinheiro. Então, ela pagou 160 mil reais em cheque e 60 mil reais em dinheiro, porque a vendedora fez questão de receber em dinheiro, não aceitou cheque. Então, eu gostaria de esclarecer isso. Depois houve outras coisas publicadas pela imprensa e, como disse aqui o Deputado Sérgio, algumas delas já começaram a desmentir. Só que, para desmentir, eu tive que ampliar o desmentido, porque o desmentido saiu menor. Não dava para enxergar nem de óculos. Eu, como tenho problema de enxergar de perto, tive que ampliar para poder ler. Então, alguns desmentidos já começaram a sair, só que tão pequeno, que não dá para enxergar. Mas eu faço questão de fazer esse esclarecimento também à Casa. E queria dizer que, no meu ponto de vista, tem que ficar claro que não houve desvio no BNDES. Não houve. É um crime que não tem cadáver. Não houve desvio no BNDES. O que aconteceu depois é outra história que se tem que levantar. E também tem que ficar claro que eu não tive participação nenhuma nessa questão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Não havendo mais nenhum inscrito para falar, eu decidi da seguinte maneira: a reunião secreta desta Comissão vai acontecer junto com a vinda do delegado Dr. Rodrigo Levin. Ela terá que ser secreta; então, vamos fazer uma só, para que não ocorram outros momentos. Eu sei que tem que ser votado. Antes disso...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Sr. Presidente, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Pois não, colega.



O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Eu me esqueci também: a Deputada Luciana Genro pediu, ontem, também, os documentos. Eu queria sugerir a V.Exa. que nós abríssimos os documentos que estão sob sigilo também para a Deputada Luciana Genro, levando em conta que ela não é do Conselho. Mas que também ela tivesse a possibilidade de ter acesso a toda essa documentação, até para fazer um juízo de toda essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Muito bem.

Eu já comuniquei a este Colegiado que nós estamos vendo a consulta disso. Eu gostaria de agradecer a todos e, antes, fazer um apelo à imprensa. Esta Casa está tão manchada e tão machucada, que eu gostaria que vocês, da imprensa, tivessem o máximo cuidado, porque nós temos apanhado. Eu, especialmente, esses dias, apanhei de forma injusta. Costuma-se dizer, Deputado Sérgio, que a imprensa separa o joio do trigo, mas às vezes publica só o joio. Então, eu gostaria que os senhores e as senhoras da imprensa relatassem exatamente o que aconteceu aqui e que nós só vamos fazer essa sessão secreta se aprovada pelo Conselho e junto com o Delegado Rodrigo Levin, para que não ocorram 2 momentos idênticos. Um só é bastante. E publique mais: que essa sessão só será sigilosa por decisão da Justiça e não por vontade desta Corte, destes Deputados que aqui estão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Pois não, Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Sr. Presidente, eu queria agregar a essa sugestão de V.Exa. também o Diretor do DEPOL, da Polícia Legislativa, porque tem informações a serem prestadas com relação à movimentação na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Que seja em sessão secreta também.

Muito bem. Como não temos quorum para votação, estamos aqui com 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 Deputados, não há quorum para votar se faremos a sessão sigilosa ou não, colocarei em votação, então, na próxima sessão, sob pena de não ter efeito legal, porque não há quorum legítimo, que seria de 8 Deputados.

Com a palavra o Deputado Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, se há consenso, se V.Exa. não sentiu nenhum dissenso, não vejo muita



necessidade de adiar a decisão quanto à conveniência, urgência e oportunidade dessa votação. Se há, inclusive, anuência do próprio Deputado Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Bom, eu acato a sugestão do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Também temos que aguardar a decisão porque o Delegado Rodrigo Levin é convidado; este Conselho não tem condições de intimá-lo. Quer dizer, ele é que vai dizer que dia é bom para ele. Então, consultarei os Srs. se nesse dia faremos sessão secreta, em plenário a ser ainda definido. Deputado...

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Como eu acho que a Polícia Federal tem agido, acho que devemos convocá-lo, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Infelizmente nós não temos esse poder. Com a palavra o Deputado Sérgio Brito.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - Sr. Presidente, isso é uma prerrogativa do Presidente ou V.Exa. tem que submeter ao Plenário do Conselho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Tem que ser submetido ao Plenário.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Permita-me, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Com a palavra o Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, estou de acordo com a sessão secreta, sem dúvida nenhuma, mas acho temerário colocar em votação sem quorum regimental. Hoje, estamos todos de acordo; o Deputado Paulinho vai dizer que não vai se opor a nada. Amanhã, se tivermos uma decisão adversa para um lado ou para o outro, alguém poderá argüir que essa sessão secreta não foi legal porque foi deliberada sem número legal. Corremos esse risco. Acho que V.Exa. deveria ponderar sobre esse aspecto, consultar um jurídico, porque corremos o risco de, amanhã ou depois, termos de começar tudo de novo por uma ilegalidade cometida hoje aqui.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO ANDRADE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO ANDRADE - Sr. Presidente, quem dos presentes é que vota? Quais dos Deputados que aqui estão têm direito a voto?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Nós agora já alcançamos o quorum.

O SR. DEPUTADO ANTONIO ANDRADE - Titulares e Suplentes. O Suplente substitui o Titular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Não ausência, sim. Já há quorum.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Se tiver quorum, ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Vou colocar em votação. Com a palavra o Deputado Efraim Morais.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, já que chegamos a um consenso, existindo quorum, pode-se deliberar. É preciso tomar cuidado com esse açodamento. Não diria açodamento. É bom se decidir pela sessão reservada e claro que a data ficará a critério do Delegado Levin, até porque, para nós também, do Conselho, é interessante termos tempo para poder analisar de forma mais aprofundada o processo. O Deputado Paulo Pereira já deu a sua versão dos fatos hoje, deixou esclarecidas muitas das dúvidas que pairavam. Então, caberá a nós inclusive nos debruçarmos sobre o pronunciamento do Deputado Paulo Pereira. para que a gente possa, aí, sim, daí por diante, fazer inclusive uma oitiva dele com mais embasamento, para que a gente possa esclarecer de uma vez por todas as dúvidas que ainda restam no processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Bem, havendo número regimental, eu coloco em votação a sessão secreta na vinda do delegado Rodrigo Levin.

Está em votação.

Quem estiver a favor permaneça como está. *(Pausa.)*

Aprovado de forma unânime.

Muito bem. Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, por uma questão prática ou pragmática, nós estamos entrando agora no período eleitoral, sem dúvida nenhuma, um fato extremamente complicador para a presença dos Deputados aqui na Casa. Eu não sei como é que a Mesa vai deliberar sobre essa matéria, mas é incontestável a necessidade da nossa presença



— é bom que as pessoas saibam disso — no processo eleitoral. Sem isso, não há processo eleitoral, não há democracia. É bom frisar isso, porque senão as pessoas ainda vão dizer que nós estamos indo à base e não estamos vindo trabalhar.

Então, eu queria mais que V.Exa. negociasse a presença aqui, porque nós viremos aqui toda semana, com certeza, cada um de nós. Mas, ao virmos aqui, que combinássemos, ou numa terça ou numa quarta, que essa convocação do Conselho pudesse ser estendida, e organizássemos a nossa agenda de campanha em função realmente de avançarmos no processo, porque nós temos até 15 de setembro para apresentar o nosso relatório.

Portanto, fica aí uma sugestão para uma negociação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pela ordem, Presidente. Eu acho a sugestão do Deputado Paulo Piau pertinente. Mas, uma coisa: vamos esperar primeiro o que a Mesa vai deliberar. Nós temos agora um recesso regimental, que é legal. Então, a CPI interrompe, não conta prazo.

Então, ao voltarmos do recesso, vamos esperar o que a Mesa vai deliberar, esforço concentrado, em que época, em quais semanas, se vai haver, se vamos funcionar normalmente. Só podemos, indo um pouco na esteira do que o Deputado Efraim disse, nós não podemos nos antecipar ao que a Mesa vai decidir. Vamos ver o que a Mesa vai decidir sobre o funcionamento da Casa. A partir daí, nós vamos tentar, num esforço maior do que o da Casa, fazer com que este Conselho funcione. Fora disso, é prematuro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando V.Exas. para um momento oportuno. Serão avisados.

Obrigado.